

A COVID-19 entre os Magütagü da Amazônia

The COVID-19 among the Magütagü in the Amazon

La COVID-19 entre os Magütagü de la Amazonia

*Iury da Costa Felipe - Tapü'üciü**

Recebido em: 04/05/2021

Aceito em: 28/09/2021

Resumo

Neste artigo, trata das experiências como meu povo Magütagü tem vivenciado a pandemia da COVID-19. Para tanto, trago duas situações, em uma primeira situação trato da morte por COVID-19 de um professor Magüta que vive em uma comunidade Magütagü na cidade de Manaus. Em uma segunda situação trato da maneira como uma comunidade na Terra Indígena está vivenciando a COVID-19. O autocuidado, definido como as práticas desenvolvidas pelo meu povo, de saberes milenares para a preservação de sua saúde, é acionado e utilizado neste momento quando as políticas e serviços de saúde indígena encontram-se fragilizados.

Palavras-chave: Covid-19, povos indígenas, Tikuna, Magütagü, autocuidado.

Abstract

This article deals with the experiences that my people Magütagü lived through the COVID-19 pandemic. I bring two situations, in the first situation, I deal with the death by COVID-19 of a Magüta teacher who lives in a Magütagü community in the city of Manaus. In the second situation, I deal with the way a community in the Indigenous Land is experiencing COVID-19. Self-care, defined as the practices developed by my people, of ancient knowledge for the preservation of their health, is triggered and used at this time when indigenous health policies and services are weakened.

Keywords: Covid-19, indigenous people, Tikuna, Magütagü, self-care.

* Estudante indígena do povo Magüta – Tikuna, Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília - UnB. Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado em Antropologia (2018) e Licenciado (2020), pela Universidade de Brasília. Membro pesquisador do Centro de Referência Virtual Indígena - Armazém Memória; pesquisador do laboratório Matula vinculado ao grupo de pesquisa do CNPq intitulado “Sociabilidades, diferenças e desigualdades”. E-mail: iuryfelipe.unb15@gmail.com.

Resumen

En este artículo, traigo las experiencias de mi pueblo, los Magütagü, que vivió la pandemia de COVID-19. Para eso, traigo dos situaciones, en una primera situación me ocupo de la muerte por COVID-19 de un maestro Magüta que vive en una comunidad Magütagü en la ciudad de Manaus. En una segunda situación, traigo la forma en que una comunidad de la Tierra Indígena está experimentando el COVID-19. El autocuidado, definido como las prácticas desarrolladas por mi pueblo, de conocimiento ancestral para la preservación de su salud, se desencadena y es utilizado en este momento en que las políticas y servicios de salud indígenas se debilitan.

Palabras clave: Covid-19, pueblos indígenas, Tikuna, Magütagü, autocuidado.

Povos Indígenas, vulnerabilização e a covid-19

Neste artigo, faço uma reflexão, diante do momento pandêmico que vivemos, sobre os cuidados vivenciados na minha comunidade indígena Me'cürane, do povo Magütagü¹, localizada no rio Içá, afluente da margem esquerda do alto rio Solimões, no estado do Amazonas. Me'cürane está relacionado com a nação do Mutum, nome do primeiro cacique da comunidade. A COVID-19 me levou a pensar mais intensamente sobre a omissão e o esquecimento dos povos indígenas pelo governo brasileiro mesmo tendo instituições e políticas de saúde consolidadas para os povos indígenas como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)² e os serviços do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), que aconteceram por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) com sua rede de polos base, localizados nas comunidades, e Casas de Saúde Indígenas, localizadas nas cidades. Vivenciamos muitas perdas de parentes e familiares, mestres anciãos, professores entre outros, em mais de um ano de pandemia, e nenhum plano de ação consolidado foi feito até o momento pelo governo para contê-las nos territórios indígenas.

A atual situação torna evidente o genocídio dos povos in-

dígenas. Desde sempre fomos dizimados, invisibilizados pela colonização e explorados em nossas terras. Ao longo da convivência com o Estado brasileiro conquistamos direitos e consolidamos políticas, garantidas na Constituição Federal de 1988, o que nos revolta é o fato de vermos todos esses direitos e anos de luta não serem respeitados pela sociedade dita “civilizada”. O argumento muitas vezes dito pelo atual presidente é que somos obstáculos para o “desenvolvimento” do Brasil, que estamos “enjaulados como animais em nossos territórios”. Mas esse desenvolvimento é para quem? Que tipo de vida julgam ser a que queremos? Por rejeitarmos esses argumentos e modos de viver que querem nos impor, vemos o governo acionar o descaso como uma estratégia de nos deixar morrer nesta pandemia.

Nas observações do Py *et al.* (2020), diante das muitas vidas perdidas pelo Covid-19 e das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a medida mais eficaz para conter o contágio do coronavírus seria o isolamento social e, acrescento, a vacinação em massa. Mas, foi observado pelos autores e autora que o governo tem se amparado no discurso religioso negacionista, que foge das recomendações efetivas para promover a política pública de combate à Covid-19. Aliado a esse parâmetro negacionista está o argumento econômico que defende o retorno das atividades e que culpabiliza as pessoas pela fome e necessidades materiais que estão vivendo. A retórica do governo é: “enfrentar o vírus ou morrer de fome, pois Deus está protegendo seus fiéis”. Nos vemos em meio a um cenário que nega orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), de cientistas da área de saúde e dos pensadores indígenas³. Nessa perspectiva, para o governo federal importa a economia, promover uma redução populacional e o genocídio.

Py *et al.* (2020, p. 385) ressaltam que “diante deste cenário de desencontro das políticas públicas municipais, estaduais

e federais de combate ao Covid-19, o Brasil tornou-se o epicentro mundial da pandemia devido ao alto índice de subnotificação, que pode ser onze vezes a mais do que as estatísticas oficiais divulgam”. Chegamos a mortes diárias de mais de 4.000 pessoas e passamos os 400.000 mortos por Covid-19, no dia 29 de abril de 2021⁴. No caso dos povos indígenas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)⁵, em abril de 2020, nos alerta para os seguintes dados: temos 52.494 contaminados por COVID-19; 1.039 mortes por COVID-19; e 163 povos afetados.

Não podemos deixar de destacar que, entre os povos indígenas do Brasil, as mortes pela COVID-19 nos encham de tristeza e lamentação. Essas chegaram aos povos indígenas e atingiram os guardiões por excelência das florestas, os transmissores de conhecimentos ancestrais, os conselheiros que mantém nossa luta pela proteção de nossas vidas e do território. É de conhecimento de todos que os povos indígenas são, historicamente, mais vulneráveis aos adoecimentos promovidos pelo mundo branco. Isso se deve ao nosso modo de viver, em conjunto, fazendo a vida diária coletivamente, e se deve também à fragilização que fomos submetidos como a expulsão dos nossos territórios, a vida em territórios reduzidos, a falta de assistência médica, a invasão dos nossos territórios por garimpeiros e madeireiros com doenças, a presença de grandes latifúndios monocultores que infestam nosso habitat com agrotóxicos.

De acordo com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Este artigo da Constituição deve ser enfatizado, neste momento em que o governo federal se omite nas suas responsabilidades. O atual

Presidente divulga remédios ineficazes; nega o uso das máscaras que são estratégicas na prevenção; promove aglomeração; e se exime em abastecer o Sistema Único de Saúde com vacinas. Suas falas se referem com deboche aos mortos e sobreviventes da Covid-19, usando comentários sobre a Covid-19 como: é uma “gripezinha”; estamos “superdimensionando a covid”; o “Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”; sobre as mortes afirmou “Eu não sou coveiro”, “E daí, quer que eu faça o que?”. “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”⁶.

De acordo com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), no mês de abril de 2021, ocorreram 894 óbitos pelo coronavírus na Amazônia e 37.121 casos. No caso dos Magütagü, foram 17 vida perdidas e entre os parentes Kokama foram 57 falecimentos. Todas, pessoas queridas de alguém como tia, tio, avó, avô, pai, mãe, filhos, filhas e irmãos.

Destaco o estudo realizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), denominado “Não são números, são vidas! [...]”, que demonstra que as taxas de mortalidade entre os indígenas da Amazônia pelo coronavírus é 150% mais alta do que a média brasileira, 20% mais alta do que a registrada somente na região Norte e a mais elevada entre as cinco regiões do país. Igualmente preocupante é a taxa de letalidade, ou seja, quantas pessoas infectadas pela doença morreram: entre os indígenas, o índice é de 6,8%, enquanto a média para o Brasil é de 5% e, para a região Norte, de 4,5%. Também analisaram que a taxa de infecção (por 100 mil habitantes) é 84% mais alta entre indígenas do que a taxa do Brasil (COIAB e IPAM, 2020). E não há o que esperar do atual governo.

A Covid-19 entre os Magütägü e a dinamização dos saberes indígenas

Não demorou muito para a pandemia Covid-19 chegar aos territórios dos indígenas Magütägü, localizado no município de Santo Antônio do Içá, região localizada a 800 km de distância da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Subindo o rio Amazonas, a pandemia alcançou o rio Solimões, espalhando-se rapidamente em vários municípios do baixo e alto rio Solimões bem como no rio Içá e se fez presente.

Após os primeiros casos de Covid-19 no Brasil entre os não-indígenas, imediatamente, solicitamos à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a criação de planos de contingência da covid-19 em território indígena, o que nos foi apresentado foram planos genéricos sem qualquer ressonância com a diversidade dos territórios indígenas. O primeiro caso notificado pela SESAI de Covid-19 entre os povos indígenas foi de uma agente indígena de saúde (AIS) do povo Kokama, os quais vivem em conjunto com os Magütägü. A jovem AIS teve contato com o médico diagnosticado com a doença após retornar de férias, ela vivia na região de Santo Antônio do Içá, região atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões. Esse caso demonstra a fragilidade dos planos de contingência para os povos indígenas, pois não teve o cuidado de monitorar os seus funcionários, os quais estavam viajando, alguns em regiões onde o contágio estava se intensificando como SP, RJ e CE, e adentraram territórios indígenas.

Além dessa inoperância em testar seus funcionários, as vias fluviais e terrestres não foram contidas. As barreiras sanitárias passaram a acontecer com a pressão dos movimentos indígenas, portanto, não foi algo planejado pelos serviços de saúde. As informações eram e ainda são contraditórias, não chegam com clareza aos territórios. Os DSEIs pedem para que as pessoas evitem des-

locamentos para a cidade, mas assim que a Covid-19 começou a forçar, por exemplo, o fim das aulas presenciais, muitos estudantes começaram a retornar aos territórios e não havia compartilhamento de informações sobre como proceder. No início da pandemia, o secretário da SESAI liberou um vídeo dizendo que nós, indígenas, deveríamos lavar as mãos com água e sabão, ignorando que, em algumas comunidades, não há sabão ou água encanada. Essas situações, que apresento, demonstram a falta de investimento em informação qualificada e planejamento.

Com isso, podemos dizer, e repito aqui em vários momentos deste texto, que perdemos vidas, perdemos parentes, perdemos mestres anciãos, nossos acervos tradicionais dos saberes milenares. Na atual conjuntura, sabemos que não podemos contar com o governo brasileiro, mesmo assim exigimos nossos direitos e, ao mesmo tempo, buscamos articular práticas de prevenção e cuidados.

Entre os Magütägü da comunidade indígena Me'cürane (Vila Betânia), desde o começo da pandemia, teve início um processo de organização para nos cuidarmos e buscar caminhos para ter a atuação do governo ou políticas voltadas para os indígenas da região. Quando estava em Brasília⁷, durante a pandemia, mantive conversas com meus parentes sobre como estávamos vivendo este momento pandêmico no território e fora do território. Em janeiro a fevereiro de 2021, fui para a comunidade onde observei de perto a dinâmica da COVID-19 no território.

Antes de entrar na discussão sobre a pandemia na comunidade, cabe um rápido panorama sobre os atores não indígenas que atuam em nossas comunidades, de acordo com a obra de Oliveira (1988), e isso inclui levar doenças. Durante o longo processo de colonização, iniciado com a chegada dos portugueses e que se instalou na formação do Estado brasileiro até os dias de hoje reve-

lando o processo de colonialidade (QUIJANO, 2005), os brancos atuaram com práticas que visam civilizar, explorar, exterminar, conquistar, categorizar e dominar. Por meio dessas, os brancos vieram aos territórios dos povos indígenas e colocaram em prática esse projeto. Muitas epidemias acompanharam essa organização de ações colonizadoras, o que levaram muitos povos originários a serem extintos, como também levaram a violências exploratórias e catequese dos povos. Quando se trata de instituições como as igrejas – ou missões religiosas que se instalaram no território e vida dos povos indígenas, essas promoveram uma desorganização social da vida do povo Magütagü. De acordo com Oliveira (1988), no final do século XVII, missionários jesuítas espanhóis instalaram suas missões em nossos territórios e forneceram primeiras documentações para o mundo dos brancos sobre nós. Nas duas últimas décadas do século XIX, os “patrões da borracha” fizeram sua invasão no nosso território, contaram com a supervisão do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, que se limitava a produzir relatórios, apoiando os patrões. Em 1910, missionários capuchinhos adentram o território. Em 1942, o governo federal instala um posto na região. Na década de 1960, o governo militar passa a agir na região, uma faixa de fronteira e o território dos Magütagü se transforma em área de segurança nacional. Os “patrões da borracha” ainda estavam por lá, pois se achavam donos de nossas terras de acordo com Oliveira (1988). Na década de 1960, missionários batistas americanos adentram nosso território.

Esses diversos atores, brancos, buscaram nos dividir, promoveram a tensão no faccionalismo e as disputas internas entre os Magütagü. Mesmo neste cenário, buscamos a demarcação dos territórios indígenas, tensionando nossas relações com patrões da borracha e Funai. Isso aconteceu em 1981 e, em 1982, criamos o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT). Depois vieram a Orga-

nização dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB), em 1986; a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT), em 1986; e a Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS), em 1990. Essas duas últimas foram criadas com a preocupação de conter epidemias como a cólera que na época atingia a Colômbia e o Peru. A educadora Jussara Gruber em uma carta direcionada a mim, para repassar aos parentes, sobre os cuidados que deveríamos ter com a Covid-19 e relembra tempos importantes da organização indígena. Ela pede aos parentes indígenas para evitarem ao máximo se deslocar da região, pois, “a Covid-19 é uma doença grave, gravíssima”. Destaca que “os Magütägü, em 1991, quando a cólera chegou ao alto Solimões, houve uma mobilização enorme dos Magütägü, das lideranças, professores e principalmente dos agentes de saúde”. Continua afirmando que “todos lutaram muito durante meses, pela saúde, pela vida. E, foi um movimento louvável de resistência, determinação, solidariedade, coragem que alcançou ótimos resultados”.

E, agora é a Covid-19, que foi levada aos territórios pelos não indígenas, assim como outras doenças como varíola, sarampo, cólera, doenças pulmonares, como pneumonia, tuberculose e gripes em geral. Esses adoecimentos têm se configurado como uma violência histórica e contínua em nossas vidas. Violentam nossa existência quando matam nossos parentes, suas histórias; violentam nosso corpo, pois promovem a dor, o sofrimento, o enfraquecimento e em nos fazer perder o ar, em respirar. Ao longo desse processo histórico de epidemias, perdemos nossas enciclopédias anciãs vivas. Ao mesmo tempo, transitamos com nosso corpo, levando nosso território e adoecemos nas cidades com a desigualdade social que nos marca e que o coronavírus buscou se juntar.

Em Manaus, há comunidades indígenas, como a comunidade Wotchimaücü, criada em 2002 e formada por diferentes

famílias que se deslocaram do Alto Rio Solimões à capital amazônica. O nome indígena da comunidade Wotchimaücü traduzido para português, é nação de Avaí que é o nome do clã (família) do fundador da comunidade e do chocalho usado em momentos festivos. Esse grupo fica localizada no bairro Cidade Deus, na zona Norte de Manaus. Eles têm uma associação denominada de Associação Comunidade Wotchimaücü (ACW), composta por indígenas da etnia Magütagü moradores de Manaus. A comunidade conta com um Centro Cultural, uma igreja evangélica indígena e 14 casas, conformando famílias extensas. Essas pessoas são parentes de pessoas das aldeias Filadélfia e Umariaçú II, de Tabatinga, e Feijoal e Porto Cordeirinho, de Benjamin Constant. O Centro Cultural também funciona como uma escola com aulas na língua Magüta, como local de reuniões políticas e centro de produção de artesanato. Uma rede ampla nos vincula a todos, revelando como transitamos e reinventamos formas de viver.

Como noticiou o *Jornal Porantim* (2020) e *Amazônia Real* (2020)⁸, os Magütagü perderam o mestre professor Aldenor Basques Félix Gutchicü, vice-cacique da comunidade Wotchimaücü para a Covid-19. Ele morreu em sua casa, dia 28 de abril de 2020, na comunidade Wotchimaücü, revelando a violência e sofrimento da vida indígena nas cidades. Essa violência conforma os meandros da experiência do adoecimento, pois o professor vinha sentindo sintomas como febre, falta de ar, tosse e dor no corpo desde o dia 3 de abril. Na reportagem da *Amazônia Real*, um parente de Aldenor contou o que o professor vivenciou em seus últimos dias de vida: “Ele estava mal desde o dia 3 de abril. Ontem [28], por volta das 15h, ele levantou e foi tomar banho e quando saiu, passou mal”. Uma liderança relatou que encontrou Aldenor “com a respiração fraca” e começou a fazer massagem no corpo dele com o intuito de fazer o sangue circular, molharam a cabeça dele e ele

chegou a beber água gelada. Explicou que Aldenor não reagia, assim, eles chamaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, que não atendeu ao chamado, provavelmente uma alta demanda do sistema. Esperaram o SAMU por uma hora e decidiram chamar um motorista do aplicativo Uber para levá-lo ao Hospital. Quando chegaram ao hospital, o indígena que acompanhava o professor teve dificuldade para explicar a urgência da situação na língua portuguesa, pois fala a língua indígena Magütagü. Assim, o motorista do Uber foi até a recepção do hospital e explicou o que estava acontecendo, mas nem chegaram a tirá-lo do carro. Não havia vaga no hospital e não adiantava mais. O mesmo Uber que o levou ao hospital, o trouxe de volta para a comunidade. Aldenor havia falecido, sem atendimento em hospital, sem testagem do novo coronavírus e sem ser acolhido pelos serviços de saúde.

Sem testagem, faleceu com suspeita de Covid-19, por volta das 16h40 de terça-feira 28 de abril de 2020, em sua casa na comunidade, na cidade de Manaus. O corpo foi levado para a igreja da comunidade, onde ficou acomodado sobre três mesas de plástico e aguardou por 7 horas pelo serviço “SOS Funeral”, da Prefeitura de Manaus. No dia seguinte, por volta da meia-noite, o corpo de Aldenor foi levado pelos funcionários da Prefeitura para uma câmara frigorífica do cemitério municipal Nossa Senhora Aparecida. Aldenor foi sepultado em uma vala coletiva, onde são enterradas as pessoas que não podem pagar por um caixão. Na proximidade da vala coletiva onde o corpo foi colocado estavam presentes quatro parentes do professor. As cenas de sofrimento, da morte, da espera para recolher o corpo, da vala comum, escancaram o drama, o horror que estamos vivendo no Brasil, as múltiplas faces das violações de direitos humanos.

A morte de Aldenor revelou a tragédia instalada, um de seus amigos afirmou: “Perdemos um grande parceiro nosso, o me-

lhor professor que tivemos. Estamos todos apavorados com esta doença”. Em abril de 2020, várias mortes estavam acontecendo nas casas da cidade de Manaus e as casas indígenas poderiam se tornar o epicentro dessas mortes.

O horror que revesta a maneira como o professor Magüta faleceu não se encerra com seu sepultamento em uma vala comum. A família foi orientada pela equipe do “SOS Funeral” a providenciar o atestado de óbito por meio de um registro de um Boletim de Ocorrência na Delegacia, pois ele não havia morrido em um hospital e nem um médico havia ido até sua casa. Assim, seguiram até uma delegacia, mas como estava tarde, não conseguiram fazer o boletim. Pediram ajuda ao Conselho Tutelar. Conseguiram um atestado médico emitido pelo Pronto-Socorro. Neste atestado, consta como a causa da morte “ataque cardíaco”. Seguiram para a Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc), pois precisavam da guia do sepultamento de Aldenor. E assim o corpo do professor foi colocado em uma vala comum. E a SESAI⁹ insiste em negar atendimento aos indígenas na cidade, em negar acolhimento, em negar informação, em destrinchar os caminhos do cuidado e de uma morte digna nas cidades para nossos parentes.

No mês anterior à morte de Aldenor, em março de 2020, praticamente todos da comunidade Watchimaücü passaram a apresentar sintomas da Covid-19, como ter tosse, febre, gripe, dor no corpo, falta de paladar. Além do adoecimento, os Magüta sentiram as restrições e ausência de política para apoiá-los neste momento pandêmico, pois estavam sem sua principal fonte de renda – a venda de artesanato. A fome passou a fazer parte deste cenário e se somou à falta de assistência na saúde, de uma saúde diferenciada, além da omissão do Estado em promover uma vida digna que alcance os momentos de adoecimento.

De Manaus, subindo o rio e adentrando as comunidades

ao longo do rio Solimões, está a minha comunidade Me'cürane (Vila Betânia). Me'cürane é a denominação da minha comunidade indígena Magütägü no território, que conta com aproximadamente 4.000 habitantes, atualmente. A comunidade Me'cürane é mais conhecida como Vila Betânia, forma como foi denominada pelos missionários americanos. Para este artigo, trago uma breve reflexão sobretudo baseada na vivência do meu povo e os cuidados pensado pelos membros anciões da comunidade.

Quando começamos a sentir a presença da Covid-19, com os primeiros casos, fizemos uma mobilização entre os membros da comunidade. Lideranças, professores, agentes de saúde indígena se reuniram, buscaram informações para orientar a comunidade com um todo. Antes mesmo de Covid-19 chegar na aldeia, os Agentes Indígenas de Saúde repassaram informações para a população, falaram sobre os cuidados que deveríamos ter, caso fossemos para a cidade.

Meu povo recorreu a natureza para manter seus cuidados de corpos e vida para sobreviver ao vírus que causa a Covid-19. De acordo com nossos anciãos e anciãs, a natureza protege, cura, nos alimenta, e nos dá a vida. Por essa razão, devemos cuidar, respeitar e proteger nossas florestas. É uma dádiva o que faz a natureza quando se cuida e respeita, essa dádiva deve circular, ser respeitada na sua interação.

Diante da pandemia do COVID-19, os Magütägü recorreram às práticas tradicionais o que chamo aqui de autocuidado praticado pelo povo de saberes milenares para a preservação de sua saúde. As mulheres anciãs bem como homens anciões juntos com suas experiências de vida, recorreram à floresta, às medicinas tradicionais, para o seu autocuidado e melhorar sua imunidade de males como coronavírus.

Busquei informações a respeito da medicina transmitida

oralmente e vivenciada pelo meu povo para o seu autocuidado, conversei com a anciã Me'amüna. Ela me disse que para se prevenir e fortalecer a pessoa para lidar com esse momento: "Usei muito com a minha família, de fazer chá misturando folhas de jambu, usando também cebola, alho, mel e limão. Faz-se o chá em um litro de água, ferve e bebe ainda morna". Ainda de acordo com a anciã, "o povo em geral da comunidade fez fogueiras acendendo casas abandonadas de abelhas, para afastar males ruins, como o vírus, durante dias." Esse chá-caseiro e a fumaça exalada, praticados pelas/os anciãs/ãos conhecedoras/es dos saberes milenares, tiveram resultado positivo, fortaleceram a comunidade e imunidade das pessoas.

Segue o relato de um estudante do meu povo - Magütägü, do curso de administração da Universidade de Brasília, que retornou para a comunidade Me'cürane assim que as aulas cessaram com o intuito de estar próximo aos familiares neste momento. Ficar na cidade não estava sendo fácil. O estudante chegou na comunidade Me'cürane no mês de junho 2020, logo quando chegou, ficou triste quando viu como seus pais estavam

"No primeiro dia que cheguei, os meus pais estavam gravemente doentes, com sintomas do coronavírus, que pegaram. Quando cheguei, primeiro, não disseram a princípio, que remédio estavam tomando, mas já estavam com sintomas, como tosse, não conseguiam respirar, doendo muito quando estavam tossindo, falta de ar, e meu pai disse que, não podia deitar, porque estava doendo demais. Na verdade, tinha pegado primeiro a minha mãe, e quase morreu, pois, não estava mais conseguindo respirar, o remédio de médico, não era suficiente, não dava conta, tentaram usar respirador, mas mesmo assim, não dava conta, até que uma dia minha tia foi e, todos

os dias pela manhã, dava banho nela com água morna e, com casa de colméia “Dowatchiãü” a tia, fez na minha mãe “Cai’gü”, e também água morna colocando a folha de cedrorana, dando banho toda tarde, bem como segundo outras pessoas falaram também que o alho ajuda, também usou alho batido para passar no corpo, misturado com limão, após tudo isso, espera-se para ver se passa os sintomas, caso contrário, continua repetindo o mesmo processo, esse foi o remédio tradicional usado por uma semana pelos meus pais”.

De acordo com ele, após uma semana vivenciando esse tratamento, os sintomas foram passando. Continuavam sentindo cansaço mesmo após a recuperação. Não havia hospitais, estamos distantes de Manaus, o polo base estava desfalcado de profissionais de saúde, não havia os cuidados dos serviços de saúde mais próximo. O remédio indicado pelo serviço de saúde não ajudou. Na minha comunidade, as pessoas não estavam morrendo em suas casas de Covid-19. A floresta, seu ar, seu chão, seus rios, sua cura estava lá para nos proteger. No início, morreram aqueles que foram para os hospitais, então, decidimos não mais enviar nossos parentes para os hospitais, cuidaríamos na comunidade.

Todas as estratégias de cuidado e de (re)existência estão em muitas de nossas práticas. Isso vai desde os remédios que a floresta nos dá até o movimento de reapropriação que fizemos da escola, praticada na nossa Língua materna Magütägü, nas práticas de trabalhar ‘sempre’ em coletivo, de estar sempre próximo dos mestres e mestras anciãos das nossas histórias no dia a dia, nas comidas que mães e avós preparam, na pesca e caça que os mais velhos ensinam, bem como nosso sistema de parentesco e sistema clânico que organiza nossas vidas. Todos esses valores e práticas

próprias do nosso povo permitem manter sempre a conexão com as nossas histórias e sabedorias dos nossos antepassados e encantados. A conexão com o passado ancestral em nosso território é o que nos fortalece, é o que nos mantém persistindo na nossa sobrevivência, que nos protege da sociedade dita “civilizada e avançada”. Na cidade, a ação da vida dos brancos recai com mais intensidade sobre nossos parentes. Eles levam o território com eles, mas a força da ação dos não indígenas sobre seus corpos é muito intensa, pois o alimento, o ar, a água está contaminado. E essa contaminação ameaça subir os rios e igarapés. Penso que nas cidades, nosso povo deve ser protegido e até mesmo os brancos devem ser protegidos dos venenos que os brancos estão criando, da xawara que produzem como afirma Davi Kopenawa (KOPENAWA E ALBERT, 2015). Xawara é doença do branco como os Yanomami se referem às doenças externas.

Finalizando

Esses ataques à nossa vida, à nossa respiração está também nas tentativas de apagar a nossa história a nossa identidade étnica como povo. Desde muitos anos, insistem em nos chamar de “caboclos”, considerando-nos como um povo sem identidade, nem branca e nem indígena. Mas esquecem que estamos aqui, resistindo, e os sangue dos antepassados estão nas nossas veias, estão nas nossas práticas na nossa persistência de luta para o bem viver. Recorrer às medicinas tradicionais através do saber e conhecimentos dos anciões tem ajudado a sobreviver a muito males que chegam aos territórios dos Magütagü e que nos acompanha nas cidades.

O cuidado com a saúde nas nossas comunidades vem da união do povo, tanto no caso dos pais dos meus amigos quanto do professor Aldenor, eles tiveram a ajuda dos seus parentes. Infelizmente, o professor Aldenor não resistiu. Sabemos que nossa força

está em um ajudar o outro, como a Mea'müna fez, para muitas pessoas, fazendo os chás, orientando as pessoas a irem atrás de casas de colmeias arapuã abandonadas para usar no ritual de fumaça para afastar os males que o povo estava vivenciando. De acordo com relatos que me foram dados, meus parentes afirmam que quase todos os membros da comunidade estavam com sintomas, porém não houve testes, não sabemos se o coronavírus estava lá. Nossa interpretação vem dos sintomas que percebíamos ser a Covid-19 nos atacando. Ainda de acordo, com as pessoas com quem conversei, o pessoal das igrejas se juntava também em uma oração para proteção. Não se sabe se ainda tem coronavírus na comunidade, porque, como o estudante disse “parece que não existe mais os males, corona, e agora minha família todos se recuperaram e estão bem”, esse cenário permaneceu aproximadamente até mês de novembro de 2020.

Agora, descrevo a minha vivência pessoal na comunidade quanto fui até lá para rever minha família. Viajei de Brasília para Manaus, no dia 12 de dezembro de 2020, e de Manaus para Tabatinga, no dia 13/12, com total cuidado. O município de Tabatinga é a cidade onde peguei o barco para minha cidade natal, Santo Antônio do Içá, e, posteriormente para minha comunidade querida Me'cürane. Cheguei a minha comunidade no dia 18 de dezembro de 2020, e meus pais me buscaram de canoa com motor rabeta, viajamos pelo rio Içá por uma hora e meia, enquanto viajávamos, apreciava a beleza da natureza e os cantos de pássaros, era o que sentia falta quando estava na cidade. Chegando na comunidade conversei com meus pais, sobre a pandemia do Covid-19, me disseram que, agora, havia muito caso de dengue, mas não tinham certeza sobre se ainda havia ou não a Covid-19.

Antes mesmo de eu retornar à aldeia, meu pai estava com febre, sintomas que o deixou de cama por vários dias, tinha como

sintomas cansaço e ficou sem vontade de comer. Ficou neste estado por mais de quinze dias, assim, não podia sair de casa para não pegar chuva ou sol, caso contrário, os sintomas de febre poderiam aumentar. A situação na comunidade parecia estar mais calma, até após, as festas de Natal e Ano Novo de 2021, quando começaram a surgir muitos casos de pessoas adoecidas – inclusive eu adoeci no dia 31 de dezembro de 2020, no dia 1º de janeiro fiquei de cama o dia todo com febre forte que não conseguia nem me mexer ou sair da cama, porque me sentia muito fraco e por não ter vontade de comer. Isso durou 15 dias, sentia sintomas semelhantes ao que meu pai sentia. Depois de mim, quase toda família que morava na mesma casa dos meus pais adoeceu inclusive as crianças, mas com sintomas mais leves.

No primeiro dia de sintomas, minha mãe preparou, na parte da tarde, um chá de alho misturado com limão como descrito acima, quando já estava muito fraco. Em seguida tomei o chá, superforte, que rodava a barriga inteira, provocava vômito, e minha mãe dizia: “Tome filho, é para o seu bem, se sentir com vontade vomitar, vomite para expulsar essa doença”. Após tomar o chá, já pela noite, comecei a me sentir melhor e nesta noite dormi bem melhor que a noite anterior. E assim, segui nesta experiência, mas sem ter o diagnóstico que poderia informar o que eu estava sentindo. Sei que era uma doença de branco que caberia a eles, nos informar e cuidar. Mas, sabemos que, na atual conjuntura, essa via de acesso às tecnologias dos brancos nos será estrategicamente obstruída. Seguimos na prática do autocuidado, sofrendo desses adoecimentos dos brancos, que invadem intensamente nosso território assim como garimpeiros, madeireiros. A luta pela vida no território e nos lugares onde levamos nosso território se faz intensa neste momento.

Notas:

1. Somos denominados de Tikuna pelos outros povos e não-indígenas. Estamos localizados na região do alto Solimões, nos seis municípios: de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Iça e Tonantins. No Brasil, os Magütagü somam aproximadamente 54.000 pessoas.
2. A PNASPI foi criada em 2002 e o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena foi criado em 1999 por meio da Lei Arouca (Lei 9.836/1999).
3. Davi Kopenawa e Ailton Krenak são dois dos pensadores indígenas que têm alertado o mundo branco sobre sua forma predatória de viver que está causando dor e morte em toda humanidade (KOPENAWA E ALBERT, 2015; KRENAK, 2019, 2020).
4. Segundo veículo de informações, ver G1: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/29/400-mil-mortes-covid.ghml>
5. Ver site da APIB: <https://apiboficial.org/?lang=en>
6. Ver reportagem no site <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>
7. Sou estudante de pós-graduação em Antropologia na Universidade de Brasília.
8. <https://amazoniareal.com.br/professor-tikuna-que-morreu-por-suspeita-de-covid-19-e-enterrado-em-vala-coletiva-em-manaus/>
9. Neste momento, a APIB está organizada debatendo esse atendimento específico aos indígenas nas cidades com instâncias do judiciário e executivo. Acredito que cabe à SESAI realizar esse serviço diante da experiência que têm em atuar com povos indígenas e conhecer a rede que nos liga das cidades aos territórios.

Referências

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. *O amanhã não está a venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, D. & ALBERT, B. *A Queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. 2015

OLIVEIRA, J. P. “O Nosso Governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PY, F.; SHIOTA, R.; POSSMOZER, Michelli. *Evangélicos e governo Bolsonaro: aliança nos tempos de Covid-19*. Niterói/RJ, V. 22, n. 2, p. 384-406, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.